Absolutismo e Liberalismo no Arquivo Nacional (1932-1937).
O princípio da liberdade no pensamento de Rocha Martins

Maria da Conceição Meireles Pereira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto e CEPESSE
I. Introdução. Objecto deste estudo

Entre 1932 e 1942, período praticamente coincidente com a primeira década do Estado Novo, publicou-se em Lisboa a revista *Arquivo Nacional. Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas*, semanário fundado por Rocha Martinis (1879-1952) que “grandeou reputação de reação”. “Não sendo uma saca de erudição como as escritas pelos académicos”, esta publicação “barata, sem luxos, mas assazada”, com textos pequenos mas incisivos, pretendia divulgar a História de Portugal desde as épocas mais recuadas até à contemporaneidade. E nesses estudos históricos, prometia o redactor no primeiro editorial, “a verdade palpitará acima de tudo como a única bandeira digna de um escritor independente”.

A predominância de Rocha Martinis na revista, na qualidade de director e redactor principal, estabeleceu-se nos últimos anos de publicação. Em Janeiro de 1938, anunciava-se que de então em diante, o *Arquivo Nacional* passava a contar com Gomes Monteiro como redactor principal, “na acepção própria do título”. O primeiro editorial de 1939 já não era assinado por Martinis — que continuava a figurar no cabeçalho como director — mas pela “Redacção”. Nos últimos três anos (1940-1942) a direcção foi assumida por Gomes Monteiro, fazendo-se a evolução de Rocha Martinis no lado direito do cabeçalho, na qualidade de “fundador”. Mas até esta referência desapareceu nos últimos números, mais exactamente a partir do no 567, de 18 de Novembro de 1942. No derradeiro fascículo, o artigo redacional anunciava a suspensão da publicação devido à conjuntura de guerra, mas embora afirmasse a esperança de retomar às páginas da imprensa num contexto mundial diverso, esse regresso não faria mais sentido a nível interno pois a orientação que o seu criador lhe imprimira era incompatível com o regime vigente.

2 *Arquivo Nacional*, n.º 1, 15.1.1932, p. 2.
3 *Arquivo Nacional*, n.º 313, 5.1.1938, p. 2. Além de fazer o elogio de Gomes Monteiro, “brilhante investigador e homem de letras”, Rocha Martinis apresenta-o como redactor *Diário de Notícias* e seu antigo colaborador no ADC. Apesar desta mudança, Martinis pretende assegurar os leitores de que a linha orientadora da revista não sofrerá alterações, até porque, afirma: “Vamos continuar a nossa acção de outra, auxiliados por outro distinto colega, Ofélia Abravanel, que tem sido colaborador assíduo do *Arquivo Nacional*”. Todavia, se as “grandes evocações históricas” continuassem a ser “as prediletas”, refere-se que se impunha analisar a revista, “porque, se o passado muito interessa, o presente não deve ser esquecido”. Isso é, apesar de *o Arquivo Nacional*, desde a primeira hora, nunca se ter alheado das questões da actualidade nacional e internacional, a partir da edição de 2º Guerra entendeu que essa orientação deveria ser reforçada, tendo em vista o indício que Portugal recebia dos grandes países da Europa e, por mais que buscasse “alistar-se àsqueitas influências, jamais o poderia conseguir”.

4 Contamos, portanto, que o *Arquivo Nacional* respeitou quando o panorama mundial da hora presente tenha melhorado de aspecto e voltou a rainer dias de paz e sossego sobre a Humanidade torturada” (*Arquivo Nacional*, n.º 533, 30.12.1942, p. 818).

Maria da Conceição Melores Pereira
Com efeito, Rocha Martins fora poucos anos antes afastado da direção do ABC (1920-1931) e agora, por motivos análogos, do Arquivo Nacional, ambos os semanários encerrados por desafetos com o governo. A sua incapacidade de se colar a regimes de forma acrítica valeu-lhe muitas vezes a solidão e à incompreensão, pese embora tivesse privado, até de forma profundamente amistosa, com numerosos intelectuais e políticos do seu tempo: "Todas as amarguras que sofreu devem ao meu grande desejo de independência e ao meu amor à Liberdade".

Pelas razões apontadas, o escopo cronológico desta análise incidirá nos anos 1932-1937, período em que Rocha Martins domina o Arquivo Nacional, conferindo-lhe os contornos que desejava e as temáticas que pretendia, sendo da sua autoria a quase totalidade dos artigos publicados.

Tradicionalmente apresentado como homem de letras, cultor da literatura nos seus vários gêneros, sobretudo o romance histórico, parece ter avultado em Rocha Martins a dimensão de jornalista e historiador, como o aponta o título de uma pequena edição da Câmara Municipal de Lisboa, publicada em sua homenagem há pouco mais de uma dúzia de anos. Todavia, a actividade jornalística ressalta na sua biografia, comprovada pelos numerosos e importantes periódicos que fundou e em que colaborou afincadamente, tendo iniciado por volta dos vinte anos a sua carreira profissional no jornal Freguesia, pela mão do director Magalhães Lima.

Já a classificação de historiador parece algo forçada. Não obstante os seus conhecimentos na área e uma metodologia que valorizava o documento, não inovou, derramou a sua escrita prolixíssima por temáticas variadas, tornando-se um divulgador apreciado de temas históricos, um "historiador do povo", de leitura fácil e imediata, necessariamente marginalizado pelos meios académicos. Aliás, o próprio não se assumia como historiador, antes um "cronista amador da vida contemporânea" e, especialmente, cronista dos "últimos reis constitucionais".

__
7 "Foi o historiador do povo, daquele que em Coimbra, uma certa esporte académica se não chamando a sua literatur" dividugador de letras decorativas de guarda-pastas, mas que eficazmente tinha o dom de comunicar conhecimentos e sempre ao serviço da cultura popular" (Alberiz, Carla: "Um combatente pela liberdade: o jornalista Rocha Martins", Vértice, n.º 10, Nov. Dez., 2002, p.41).

IV Congresso Histórico de Guiné-Bissau - De Abandono ao Livrerdimento

No final da vida admitiu que na sua segunda fase literária se dedicara "a trabalhos em que a fantasia não tornava a História encanadora como nas obras de Alexandre Dumas, pai, e dos de todos os romancistas que fazem da História a moldura dos seus trabalhos".

A História tinha, a seu ver, uma função pragmática, as lições do passado deviam servir o presente e essa vertente pedagógico-formativa é logo realçada no primeiro texto que assina para o Arquivo Nacional.

Não cabe neste estudo detalhar o seu pensamento político, aliás tema de investigações específicas, mas o sentido do percurso ideológico de Rocha Martins, não restituído de contradições pelo menos aparentes bem como de indefectíveis coerências, permite compreender os seus escritos históricos, as representações historiográficas dos temas em análise, inicilmente republicano por influência paterna, abraçou esse credo sem devocionar fanática até ao regime, momento em que passa a defender a monarquia constitucional, tornando-se adepto do sindicalismo (depois do ter sido também do fransiquismo); a morte de D. Manuel II e a recusa de aceitar D. Duarte Nuno como legítimo herdeiro do trono levaram-no a abandonar as hostes monárquicas e, depois de ter sado o 28 de Maio de 1926, incompatibilizou-se com a ditadura que julgara provisória, assumiu oposição declarada a Oliveira Salazar e ao Estado Novo, vindo posteriormente a filiar-se no partido socialista e a integrar o Movimento de Unidade Democrática.

Apesar destas "viragens", ou justamente por causa delas, a questão do regime não terá sido primordial para Rocha Martins. Assim dele colocava o princípio fundamental da liberdade, na asserção de critério da dignidade humana. Particularmente ingente, parecia-lhe a liberdade de pensamento e expressão traduzida no combate declarado à censura. A demanda desse princípio parece ser a pedra basilar das suas opções e emoções, a utopia da sua extensa obra e, no caso vertente, dos seus textos de teor histórico publicados no Arquivo Nacional. Inevitavelmente, as opiniões de Rocha Martins, sempre defendidas de forma directa e incisiva,

---
6 Arquivo Nacional, n.º 1, 15.I.1932, p. 2.
7 Ver nota 7.
8 O seu combate contra a censura vinha de longa data, tendo a sua campanha neste âmbito sido particularmente vivida durante a República. Em 1951, quando recusou o convidado de Joaquim Leão para lecionar a cadeira de História do Império no Instituto de Altos Estudos acerca à Academia da Ciência, Rocha Martins alegou falta de disponibilidade em virtude dos seus afazeres mas também falta de liberdade de expressão, explicitando o seguinte na resposta ao vice-secretário da Academia: "A História da Império em Portugal é a História da Liberdade em Portugal e, ao sob essa dobra já, que passar os grandes figuras do liberalismo, nas caus do Academic, onde Lófocos e outros jacobinos e republicanos liberais, não desejava nem profanar os lugares nem as tradições do dito arco cópago mais uma evocação desse passado tão lindo de batalhas e esperanças." (Arquivo Nacional, n.º 27, 10.I.1932, p.25.)
valeram-lhe polémicas sucessivas com numerosas personalidades do seu tempo, bem como com diversos órgãos da imprensa.

Nesta conformidade, a dialética absolutismo/liberalismo foi um tema grave da sua vida, dedicando-lhe numerosas páginas quer na imprensa periódica quer fora dela. Esta temática e as suas personalidades marcariam, necessariamente, uma presença significativa nas edições do Arquivo Nacional. Assim, pretende-se conduzir esta análise, cruzando as seguintes vertentes:

- Acompanhar o desempenho de Rocha Martins enquanto responsável do Arquivo Nacional;
- Reflectir sobre as eventuais influências que estes textos exerceram sobre os leitores da revista;
- Quantificar e sistematizar os artigos que tratam as temáticas absolutismo e liberalismo;
- Resaltar as linhas de força dos textos mais importantes;
- Perceber a estratégia subjacente aos artigos em articulação com as polémicas de actualidade que, frequentemente, encerravam;
- Analisar e quantificar a iconografia representativa das duas ideologias em confronto;
- Evidenciar os argumentos apresentados em defesa da doutrina liberal-considencialista;
- Destacar a reabilitação de personagens e instituições conotadas com o regime liberal, denegradas pela historiografia integralista adoptada na década de trinta.

2. O Director, a Revista e o Público

Explicando as "origens, meios e fins" da publicação que começava a sair em Janeiro de 1932, Rocha Martins afirmava que ela tinha um lema — "bem servir a Pátria". Para tal, era "necessário conhecedor nas suas tradições, nas seus lances, nas suas grandezas e nas suas desgraças"; e esse conhecimento histórico nem erudito como o das academias nem romancado como o dos folhetins, deveria ser socialmente transversal, propagandeador de forma a instruir e persuadir a revista dirigia-se assim a um público alargado, escolares, estudiosos, amigos da leitura e crianças. Esta educação pela história tinha um caráter civil e pedagógico, serviria para

ensinar "como nasceu e quanto custou a liberdade". O passado era entendido como um instrumento de aperfeiçoamento do futuro pelo que a transmissão da memória impunha-se a Rocha Martins como uma "missão" que define nestes moldes: "ensinar a este povo as virtudes e os erros de seus avós, afin de serem imitados ou corrigidos nas gerações vindouras".

A publicação, que desde o primeiro momento se revelava popular, manteve o mesmo preço acessível — ao longo de toda a sua existência: 1800 por cada número avulso. Embora as suas tiragens sejam desconhecidas, elas teriam aumentado gradualmente, recorrendo-se até a reimpressões, a atestar a procura crescente a nível nacional. Fazendo o balanço do primeiro ano, Rocha Martins explicava que fora "preciso re imprimir os números esgotados, quase todos, e a tiragem, subindo e tornando-se sólida, demonstrava o carinho pela publicação". Todo o país — Lisboa, Porto e Província, "mesmo em lugares de pequena ordem" — solicitava a revista que desejava servir um único amo: "o querido público". A par deste sucesso de vendas, crescia a adversidade de certos sectores em relação ao Arquivo Nacional que "recebeu os ataque violentos dos reacionários e os aplausos condicionados de alguns republicanos". Os seus inimigos estavam identificados: todos quantos acitasse "o princípio do arbítrio exercido sobre o pensamento".

O editorial de abertura do 3º ano, em forma de "Carta aos Leitores do Arquivo Nacional", trazia um sabor agridoce que reflectia a aliança com o público e o desafecto com o poder. O director afirmava que começara a escrever para uns milhares de leitores e eles mantiveram-se; todavia, essa era a obra de um isolado, e concluía: "Não tenho de quem receber ordens. Desamarrar e porto levando à proa o amor pela Justiça ao lado do culto pela Liberdade".

No quarto ano de publicação a revista apresentava algumas alterações e melhoramentos gráficos, reduzindo para metade o formato original de 16 páginas. O director reiterava a boa recepção do público que obrigava a reedições por motivo de esgotamento de alguns números e anunciava, sem quantificar, a opção por uma tiragem maior. Repetindo expressões de editoriais...
anteriores, denunciava um isolamento cada vez mais nítido, assumia a responsabilidade de suas acções, reafirmando a sua independência: "Hoje, morto o rei que servi, sou mais do que nunca um franc-tireador".28. Estava cada vez mais só no seio dos monárquicos que apoiavam D. Duarte Nuno29 e não escondia a decepção relativamente à "ditadura, nascida de um movimento idealista que não correspondeu às minhas aspirações liberais".30

No início de 1936 as palavras de Rocha Martins, além de indiciarem alguma asfixia económica, denotam sobretudo solidão e desespero: "Continuaremos até que a última trincheira as seja tomada; porém, não a podemos ocupar sozinhos".31 No ano seguinte, a situação parecia ter-se agravado: o diretor admite que não havia ficado mais rico, politicamente não tinha corregelionários, literariamente poucos o acompanhavam.32

As pressões no sentido do seu afastamento eram enormes. Como é que ao longo de meia dúzia de anos esta revista despretensiosa de história incomodou o Governo, denunciou a propótese da ditadura, lutou pelas liberdades do cidadão? Analisando apenas as temáticas relacionadas com as ideologias absolutista e liberal, é possível avançar algumas respostas.

3. Absolutismo versus Liberalismo: contra o privilégio, pela liberdade

As temáticas e personagens relacionadas com o Absolutismo (não desde os seus primórdios mas incitando nos finais de Setecentos até à guerra civil dos anos 1830) e o Liberalismo (desde os antecedentes do vincentismo às vésperas da Regeneração) marcaram uma presença significativa entre o vasto leque de matérias tratadas no Arquivo Nacional, entrando em longo logo nos primeiros números. Estes artigos depressa revelam uma crítica ao absolutismo que se constata, fundamentalmente, na perseguição às liberdades particulares e colectivas e na prevalência do privilégio aristocrático que tolhe a realização do indivíduo cujo mérito é abafado pela falta de herc. Por sua vez, o liberalismo é representado pela excelência do sistema parlamentar constitucional garantias das liberdades, bem como pela emergência do cidadão dotado de direitos e deveres que lhe conferem dignidade e possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Se estes são os princípios em debate, não decorre daí o linear elogio a todos os regimes.

figuras de um regime e a excreção completa das personalidades afectas ao outro. Isto, pese embora os protagonistas surjam, na maioria das vezes, como a encarnação dos emblemas e ideais das respectivas doutrinas.

Necessariamente, os confrontos entre as duas facções e consequente guerra civil colocam-se como assuntos recorrentes, enfatizando-se a violência e o fanatismo duuma parte em oposição ao sacrifício e abnegação da outra. Certo é que estas fronteiras não são traçadas pelo olvido e pelo silêncio, antes pela publicitação dos eventos e protagonistas de ambos os lados. Passemos a uma análise mais detalhada.

Sagazamente, a gravura da capa do primeiro número do Arquivo Nacional representava a rainha Maria II, ladeada em baixo, à esquerda, pelo frontispício da Constituição política da Monarquia Portuguesa (1822) e, à direita, pelo da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (1826). No número seguinte, as honras da capa cabem a Carlota Joaquina. Aquela servia para ilustrar o início de uma série de artigos intitulada "História das Ditaduras Portuguesas 1836-1926", enquanto esta inaugurava outro grupo de três estudos sobre o nome "Carlota Joaquina, conspiradora".

Com efeito, ao longo deste primeiro ano, as temáticas em análise somam cerca de oito dezenas de textos que correspondem a quase 18% do total de artigos, embora alguns deles aferem a dialética absolutismo/liberalismo de uma forma indirecta, muitas vezes a propósito de assuntos da actualidade. Neste caso, integra-se a polémica gerada pela morte de D. Manuel (2 de Julho de 1932) e consequente defesa por parte dos monárquicos integralistas de D. Duarte Nuno como herdeiro legítimo ao trono; esta opção pelo descende miguelista seria os princípios monárquico-constitucionaes de Rocha Martins que nas páginas do Arquivo Nacional patenteou a sua opinião ao longo de vários textos, mantendo a controvérsia com diversas personalidades e periódicos. Outro exemplo pode ser colhido no editorial "O figurino da sebenta" em que, a propósito do inquérito do Noticias Ilustrada feito em Coimbra a estudantes e professores, contesta as considerações do lente Mário de Figueiredo (antigo ministro da justiça da Ditadura) o qual afirmara que a ideologia liberal estava morta e que "ao feitiço da liberdade, sucedeu o feitiço da autoridade". A resposta de Rocha Martins não podia ser outra: "A ideologia liberal está viva". Admitia que os seus adeptos podiam estar dispersos mas existiam e tendiam a encontrarse: "Ainda bem que assim sucede, pois, a tomar-se a sério o figurino talhado na sebenta do senhor lente, as noções almas portuguesas ou cuiriam na fossa ultra-reacionária de D. Miguel ou no vil pântano comunista da Rússia".33

29 Esta polémica com os monárquicos defensores de D. Duarte Nuno está bem patente no Arquivo Nacional que publica dezenas de textos sobre o assunto, tendo uma luta particular com o periódico A luz e seu redactor convidado Fernando de Sousa, mais conhecido por Nuno.
30 Arquivo Nacional, n.º 164, 27.2.1935, p. 137.
31 Arquivo Nacional, n.º 208, 1.1.1936.
32 Arquivo Nacional, n.º 261, 1.1.1937.

Maria da Conceição Meireles Pires
Os estudos sobre o absolutismo são polarizados em duas figuras centrais: Carlota Joaquina e D. Miguel. A primeira personagem sempre apresentada sob o prisma da conspiração, da perfídia e da ambiguidade, representada em três gravuras e tratada na já referida série de três artigos além de outras obras, e D. Miguel, a figura nuclear do absolutismo retratado em dois levendos. De facto, a sua pessoa e a sua política (o mistério), são o que mais textos em que avaliam a série “Amores de D. Miguel”; “Singularismo e inédito retrato mortal de D. Miguel I traçado pelo aí, conde de Rio Maior”; “A queda do primeiro parlamento português”; “Mistérios da política militar do absolutismo”; “O preço da liberdade em Portugal”, entre outros.

O perfil psicológico de D. Miguel ressalta nos dois primeiros títulos e com particular acidez no segundo que revela uma carta inédita do Conde de Rio Maior dirigida a D. João VI, datada de Estugarda, a 30 de Outubro de 1824. Depois dos golpes fallados contra o liberalismo, o infante e sua comitiva dirigem-se ao exílio vienense. Rio Maior informava o monarca sobre as atitudes e características – negativas – do príncipe, salientando aspectos como o costume de se relacionar com gente baixa e ordinária, a sua ignorância ou a sua nova vida. No entanto, a carta é fraca, a sua propensão para o absolutismo não se fazia notar [32]. A capa deste número apresentava a imagem de uma força que pela legenda era conhecida com a violência misteriosa: “Pelo singular retrato mortal de D. Miguel, traçado pelo seu aí, conde de Rio Maior, e que publicamos neste número, será compreendida como foi possível, durante o período absolutista entcher tantos carrêes e muitas tontas forças”.

Na realidade, a faceta mais explorada do misterioso D. João VI para atingir a política misteriosa. Curiosamente, aquele monarca não é objeto frequente dos artigos do Arquivo Nacional (neste primeiro ano surgem quatro gravuras suíça), sendo indirectamente referido a propósito da sua mulher ou filhos. Talvez a causa desse facto.


seja a propalada ambiguidade de D. João VI, tanto mais que neste texto diz-se que “ora foi rei absoluto ora liberal, embora nesta qualidade só os seus ministros actuassem” e apresenta-se o seu regime como um “absolutismo moderado”. O diretor da sua polícia, Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, em carta pratica uma organização secreta de espião-mor de defesa do regime, “a qual serviu, do mesmo modo, no reinado de D. Miguel. Embora o intendente que a polícia em pratica dissesse liberal”. Com este sistema “se encheram os carceres de inimigos dos governos” o que, tendo em conta a realidade política do momento, provava “que servem às instituições mais diversas as mesmas máquinas policiais e outras, desde que sejam modelos”. Após a transcrição do plano geral de segurança pública de 24 Julho 1824 (que tudo espreia, desde ministros a barões, dos frades às mercêtrizes), o autor conclui: “Tais eram os ditames da polícia. Por este processo, e com a tolerância de um mau príncipe, se encheram carceres e nutriram forças”.

Estas últimas palavras serviam, mais uma vez, de legenda à gravura que enche a capa deste número, outro símbolo do horror, desta feita uma massa que representa a prisão de S. Julião da Barra e que, em tamanho mais reduzido, acompanhou outros textos que evocavam o terror misterioso.

Tal clima de perseguição podia ainda ser evidenciado com textos sobre os efeitos do regime. Refira-se, logo no segundo número, o caso do padre José Agostinho de Macedo, aqui tratado como “safio da polícia” mas cuja truculência anti-mercador será posteriormente tratada em diversos textos. De entre outros, avulta Teles Jordão, “o facinoroso carrequeiro dos pressos liberais de S. Julião da Barra”, coadjuvado por ladrões e assassinos.

O horror do regime consubstanciava-se na figura do monarca e no seu súpito ora cruel, ora impassível.

“Um príncipe mal-educado, sem mentalidade, servido por um velho tirano, ignobil e dum saudoso de inquisitor valetudinário esmagaram o país, D. Miguel, um rei perverso; o conde de Batus, um magistrado esquecido das leis, um ministro de idade profeta a alimentar forças. O misterioso! O odioso misterioso!”


Maria da Conceição Meireles Pereira

IV Congresso Histórico de Guiné-Bissau - Do Absolutismo ao Liberalismo
Já o artigo "O preço da liberdade em Portugal" pretendia quantificar o desperdício em vidas e dinheiro causado pelo reinado em que o ódio alastrou; fazendo uma estimativa, "embora sem uma rigorosa precisão", concluiu que desde que D. Pedro entra no Porto, em Julho de 1832, só nos campos de batalha as baixas dos liberais ascenderam a 17 500 mortos. Por sua vez, os prejuízos materiais eram orçados em mais de 60 mil contos. A memória de um povo não poderia apagar tal sacrifício: "A liberdade que D. Miguel renegou custaria tão cara que as gerações, julgando o seu preço garantia semiperna, mal a imaginaram possível de se olvidar".33

"A queda do primeiro parlamento português" é um artigo a vários títulos paradigmático já que, sem deixar de condenar o absolutismo, reconhece-lhe o apoio popular e evidencia as fragilidades do primeiro liberalismo português. Ele visa fazer sobressair a conspiração absolutista como a responsável pelo clima de pânico e ódios fratricídios que se prolongou durante anos e pelo ataque que perpetrou à esperança liberal mas, simultaneamente, sublinha o desdaseamento existente entre essa ideologia nova e o país real. Isto é, a libertação do país não tinha sido precedida da sua educação, aplicaram-se instituições de letrados às massas pouco preparadas, a complicação da lei gerou a revolução. Desta forma, o que devia "ser tão quercido" – o constitucionalismo – era, naquela época, apenas amado pelos seus implantadores, pelos literatos e membros das profissões liberais, além de uns poucos ecléticos já que a maioria alinhava pelo mujismo, apesar dos liberais serem realistas convictos e os próprios maiores frequentarem a missa. Os constitucionalistas representavam o culto de uma liberdade ainda incomprendida e assumiam atitudes incongruentes como a recusa da libertação do Brasil apesar de clamarem pela emancipação dos povos.34 Não obstante todas as contrariedades, "a liberdade enferma, não morre".33

E desta liberdade falam diversos textos que evocam o impulso liberal que gira em volta de uma figura obrigatória – D. Pedro IV – com uma profusão iconográfica analoga à de seu irmão, mas, todavia, sem constituir o objecto único dos textos que lhe fazem menção. A presença de D. Maria II é discreta (três gravuras) enquanto se vai perfilando uma galeria de anónimos e protagonistas do liberalismo, uns elogiados outros criticados, bem como uma plêiade de acontecimentos que são apresentados como marcos da História de Portugal.

No artigo relativo à ditadura setembrista, a revolução que lhe deu origem é vista como uma das "simpáticas", em oposição às "hediondas", um movimento romântico em que os irmãos Passos, "letrados e adoradores do povo, tendo por bandeira o ódio às tiranias", contrastavam com os exilados entre os quais avultava Costa Cabral que levava "a sua ânsia de liberdade a ponto de desejar uma maré de sangue, na qual rolassem, como destroços da barca de despotismo, os cavacos do trono e até a cabeça da rainha, após uma hercátome de aristocratas". Mas os ministros que obrigaram a soberana a repor a Constituição de 1822 – o conde de Lumiares, Passos e Vieira de Castro – eram "três ditadores eis o que eles eram".35

Na série "Legendas da Cidade Invicta", que se prolongará nos anos seguintes, avultam duas temáticas fundamentais (que quantitativamente se sobrepõem a outros temas e épocas da história portuguesa) e que também são recorrentemente tratadas fora desta rubrica: a revolução de 1820 e a heróica ação das tropas liberais desde o desembarque ao cerco do Porto. No primeiro ano são publicados mais de uma dúzia destes artigos, dos quais, a título de exemplo, se menciona o inaugural: "O Primeiro Jornal Liberal". Aqui são referidos aspectos como a opinião falhada do patriota imolado Gomes Freire à regência de Berdesford, a ação perseverante de Manuel Fernandes Tomás, "um homem cuja vida era um exemplo", as proclamações rebelde de 23 para 24 de Agosto de 1820, consideradas "o primeiro documento impreso da conjura libertadora; o segundo é o Diário Nacional cujo fac-símile atesta ter sido o primeiro jornal do liberalismo português e bem digno da Cidade Invicta."36

Fato que a Rocha Martins parece inquestionável é a acção heroica das hostes liberais no conflito de 1832-1834. Daí a sua carta veemente e indignada ao Arcelbes de Évora em virtude de ter sido publicado no órgão da sua diocese – Defesa – dirigido pelo Monsenhor Silva Barradas, um artigo intitulado "Os 'Bravos' do Minho" no qual eles são identificados como uma quadripla constituida por marginais europeus, obrigando o director a veicular dados em contrário.

34 Este assunto é retomado no artigo “Independência do Brasil (7 de Setembro de 1822 - 7 de Setembro de 1827)”. Arquivo Nacional, n° 35, p. 8-9.
35 Arquivo Nacional, n° 10, p. 8-11.
36 Apenas dos seus escritos de D. Pedro e dois leques com o rosto do monarca pintado ao centro, há a considerar símbolos da sua actividade política como uma gravura do desembarque das tropas no Minho, a espaçada que usou no céu do Porto, o juízo do seu coração na Lapa, e ainda uma alegoria representando-a e restituí-la na Carta Constitucional aos portugueses.
34 Arquivo Nacional, n° 1, 15.I.1932, p. 4-5.
36 Segundo o periódico Defesa, essa “maltia” era constituída por 2 500 cavalos de Paris, 2 133 pratos de Londres, 900 belgas das tabernas de Bruxelas, 400 milhas da Islândia, 500 vagabundos da Polónia e 356 escravos de aventur. (Arquivo Nacional, n° 13, p. 3-4).
A vertente constitucionalista constitui uma das traves mestras da apologia liberal de Rocha Martins. Neste ano de 1932, a publicação do Estatuto Novo prévio à Constituição sugere-lhe o artigo “As constituições nacionais (1822-1932)”. Todavia, a Constituição que se avizinhava prometria a traição aos princípios liberais dos anteriores; daí o seu editorial “Erga a Voz da Nação,” onde desencarnadamente perguntava: “Estamos em presença duma abolição das ideias liberais, de renúncia ao que se conquistou com tantos desterro, agruras, sangue, misérias e sofrimentos sem nome?”

Apesar da sua desunha pessoal com o Grande Oriente Lusitano do qual se desfilou cerca de um ano após ter ingressado, Rocha Martins redigiu para o Arquivo Nacional diversos artigos sobre a Maçonaria e seus aderentes com o intuito de desmentir a conotação que naqueles tempos assumira de associação impia e perniciosa à Pátria. Assim, no primeiro ano, veja-se o artigo “O Maçon que foi arcebispo” referente ao doutor Aires de Gouveia, ou até “A Carbonária e os seus juramentos” no qual conclui: “Como se vê, a Carbonária teve suas origens em Portugal em virtude dos partidos que, nasquelas épocas romantãicas, imitaram os carbonários italianos que tanto contribuíram para a liberdade e unificação do seu país”.

A confusão nesta área podia ser ainda aumentada com títulos como “Um Papa e um bispo maçons” referindo-se ao texto respectivamente a Pio IX e D. Frei Joaquim Meneses de Azevedo, bispo de Elvas. O objectivo parecia claro: a maçomaria, excedida pelo historiográfo da época, era apresentada como o produto de um momento histórico, as suas intencções e os seus adeptos não podiam ser redutoramente identificados com anti-religião (muitos dos seus elementos haviam sido eclesiásticos) ou com ideologias revolucionárias.

Um herói do liberalismo que ao longo deste ano de 1932 e do seguinte mereceu destaque foi o duque da Terceira, comandante das tropas constitucionais que em 1833 entraram em Lisboa, como se revelaria decisivo para a vitória liberal. Este destaque prende-se com a proibição de comemoração desse centenário decretada pelo governo de Oliveira Salazar, e da qual se tratari no ponto seguinte deste estudo.


A facção absolutista era abordada em artigos diversos, de que são exemplos “A Revolta da Abadela” (quatro prestações da série “Soldados da Liberdade”): três textos sobre o padre José Agostinho de Macedo, o virulento eclesiástico que se propunha para deputado das cortes de 1820 e acabara pedindo o exterminio dos vintistas; “O ‘inocente’ padre Buêla e a sua sombra”, o acredito de excitado absolutismo que se destacou como feror atacante dos liberais durante o miguelismo; dois artigos sobre Frei Fortunato de São Boaventura, panfletário rancoroso que pediu que os rios de Portugal se tingissem do sangue dos constitucionais e que, embora fosse bispo do Diabo, estava então “sendo muito celebrado cá na terra”.

Por sua vez, o partido liberal é abordado num maior número de textos, haja só em vista as rubricas “Soldados da Liberdade” e “Legendas da Cidade Invicta”. Nesta última integra-se o artigo “O Monumento de D. Pedro IV no Porto” que, além de explicar a obra concebida por Antolo Calmels, evoca a ingratidão de Lisboa em relação ao primogérito de João VI, particularmente visível na manifestação do teatro S. Carlos. A par do elogio – “príncipe liberal e soldado valoroso” – o seu carácter impulsiono não é escamoteado. “Hei-de libertar fios a chicote!"

40 Arquivo Nacional, n.º 21, 33.1932, p. 2.
41 Estas passagens pela maçonaria não estar associada da sua colaboração no jornal Ínterpride e ocorreram entre 1906 e 1907 (Vencedra, Paula Susana Nunes – Kuba o Rocha... Para uma interpretação do pensamento político de Rocha Martins, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 32).
42 Respectivamente, Arquivo Nacional n.º 15 e n.º 24.
43 Arquivo Nacional, n.º 176, p. 355.
44 A menor destas alegorias, em 1933 foram ainda publicadas mais duas nas capas do Arquivo Nacional, abasivas à Constituição. A estreia Vintista (n.º 60, 3.3.1933 e n.º 61, 10.3.1933). Podem salientar-se ainda gravuras com o túmulo dos liberais no Cemitério do Repouso e o monumento de Armas no Pampilhão. Quando a gravura representando membros da família real envolvidos nas tensões absolutismo/liberalismo, verifica-se uma ligação diminuída relativamente ao ano anterior (D. João VII; s; D. Carlota Joaquina; 2; D. Miguel; 4; D. Pedro IV; 6 e uma da janita de seu coração; D. Maria II; 2).
45 Números 63, 64 e 82.
46 Números 62 e 93.
– exclamara o imperador, ante a cobbardia nacional e a submissão estúpida dos illetizados, que o absolutismo explorava”67.

Em ano de nova Constituição, o primeiro texto constitucional português era evocado com frequência, ora indiretamente ou diretamente, como no artigo “A Primeira Constituição Portuguesa” ou no editorial “Qual o espírito da constituição de 1822?”68. Aliás, a própria revolução vinha fazê-las capa, recorrendo à gravura do “grande caudilho Manuel Fernandes Tomás”, acompanhada pela legenda: “No 113° aniversário da Primeira Revolução Constitucional Portuguesa”69.

Como semanário de crônicas contemporâneas, o *Arquivo Nacional* enfatiza ao longo deste ano a sua antipatia ideológica pelo nazismo. O artigo “Como se quis arrancar da história a Revolução Francesa” critica o ministro Geobhebs por pretender apagar aquele facto: “É que na História não se rasgam páginas, antes se acrescentam outras que parecem reproduzidas através dos tempos. (...) Não é possível recuar nas conquistas nem dominar, em 1933, aqueles cujos avós se libertaram merce dos dogmas ideologicamente de 1789”70. E o texto “A Mãesca da cultura alemã: como a saudação de Hitler lembra uma ameaça” reitera a condenação de um regime que sacrifica a liberdade: “A Alemanha, com a sua louca fácia contra a liberdade, que tinha constituído uma das suas grandes conquistas, acabava de demonstrar como sob aquele verniz de cultura que se lhe atribuía morava, sempre, a alma bárbara”71.

A nível interno as polêmicas crescem e também se punham em termos de respeito do princípio da liberdade e direito à memória, sem artifícios de esquematização, postergação de eventos históricos e detração dos seus protagonistas. Era o caso da maluqueta comemoração da entrada das tropas liberais em Lisboa e, sobretudo, da leitura negativa, integralista da acção de Gomes Freire. Rocha Martins não se porpôs e esforçar reivindicar o direito à memória, no primeiro caso, e a reabilitação de um mártir da pátria, no segundo, como se vera no ponto seguinte.

Para contrariar esta tendência antiliberal, aliás generalizada a nível europeu, ganharam notoriedade alguns textos de Rocha Martins publicados no *Arquivo Nacional*. Na “Carta aos Detratores da Liberdade”72 crítica os portugueses que agora se davam ao “luxo de detestar o liberalismo” e desacreditar a revolução francesa e o povo, mas lembrava que o surgimento de dos grandes políticos no pós-guerra e dos quais não era partidário – Lennie e Musolini – só fora possível porque a liberdade existiu. O segundo e a sua doutrina exerciam agora grande fascínio sobre os espíritos portugueses mas a ideologia do Duce não pretendia apagar a História pelo que reproduzia as suas palavras: “As negativas fascistas do socialismo, da democracia, do liberalismo não devem, no entanto, fazer acréditar que o fascismo pretende reconduzir o mundo ao que ele eras antes de 1789, data considerada como a da inauguração do século democrata-liberal. Não se volta para trás. A doutrina fascista não escolheu Maistre por proleta”. Partindo das palavras do novo idolo dos portugueses, Rocha Martins explicava que estes interpretavam mal as suas teorias: “O grande homem pensa assim; vossas excelências discutem o contrário. Amam a realeza absoluta, os energumênicos fradescos, os policiais do senhor D. Miguel e até já aliviam o propósito de demorn algumas estatutos de liberalismo”73.

Também o texto “Liberalismo e Democracia. Pálidos comentários de um francio-atirador” insinua na ideia de que o país condenava o liberalismo e repelia o parlamentarismo; Rocha Martins acreditava que “o liberalismo, em sua essência, constituía o caminho da pura democracia” e embora o parlamentarismo tenha suscitado já exemplos pouco edificantes, ele era o melhor sistema criado até ao momento: “Eu não acredito no gênio de estudiosos únicos, nos construtores de ideologias, nos arquitetos de mundos novos. Prefiro-lhes mais modestos cidadãos, na sua plena segurança e no seu cívismo, trabalhando as fórmulas para se regerem. Isto é, o Parlamento onde eles, os que se nomeiam para as funções, devem ir dar contas”74.

Embora em 1934 a percentagem das temáticas em análise desça sensivelmente em relação aos anos anteriores, a sua presença é ainda muito notória75. Os artigos que versam os assuntos relacionados com o absolutismo diminuem. Destacou-se a edição do 106° aniversário da aclamação de D. Miguel cuja capa, além de patear uma gravura do monarca, contém um excerto de Garrett extraído da obra *Portugal na Balança do Mundo*: “Não conquistou como usurpador ordinário, roubou o depósito que lhe deram a guardar, nenhuma revolução o

---


68 Números 60 e 61.

69 *Arquivo Nacional*, n.º 83, 25-8-1933.

70 *Arquivo Nacional*, n.º 69, p. 269.


elevou ao trono, foi ele que se sentou sobre o trono a cujos degraus estava de guarda como primeira sentinela e defensor[34]. D. Miguel não é mais contemplado à exceção do estudo de uma carta inédita (de 1826) sobre as negociações para o seu casamento com D. Maria da Glória[35], enquanto Carlota Joaquina aparece como figura central de três estudos: um sobre os precedentes do seu casamento e dois sobre a sua viagem para Portugal[36]. Já o Padre José Agostinho de Macedo surge como protagonista de quatro estudos: um a propósito da Boa Éspolola; outro acerca dos rumores que a Academia das Ciências e a Sociedade de Geografia pretendiam apresentar conferências no dia do centenário de Évora Monte sobre este “escritor e espírito”, conhecido pela sua imoralidade, torpezas e ódio aos liberais; outro ainda sobre a sátira que dele fez o ator Inácio Caetano dos Reis e, finalmente, a propósito da crítica veemente que A. P. Lopes de Mendonça fizerá à sua obra[37].

A história do liberalismo e suas figuras derrama-se por um razoável número de artigos, desde logo a rubrica “Legendas da Cidade Invicta” com quase uma vintena de textos. As eleições liberais assumem algum destaque. Vejam-se “O Centenário da Convenção de Evoramonte” cuja capa se ilustra com o desenho, em grande plano, do tinteiro que serviu no ato da assinatura da Convenção[38]; a edição comemorativa do desembarque das tropas liberais que apresenta na capa sete retratos de destacados liberais (sendo um deles de D. Pedro IV), rodeando a gravura do monumento de Pampilhão, ludas das seguintes pragas: “Há 102 anos em 8 de Julho de 1832 desembarcou a expedição liberal no Mindelo. Os Constitucionalistas ante os absolutistas. 7500 soldados da Liberdade ante o grande exército do usurpador”[39]; a eleição do 24 de Julho evocada pela fotografia de um documento identificado pela legenda: “No 101º aniversário da entrada das tropas liberais em Lisboa. Reproduz-se o auto de aclamação de D. Maria II, existente na câmara Municipal. Escrito e assinado naquele dia glorioso”[40]; ou ainda a evocação da 1ª revolução liberal cuja capa é ilustrada com o retrato de dois vintistas e apresenta uma legenda em forma de (preocupante) interrogação: “A Revolução de 1820. 24 de Agosto de 1820-1934. Essência, Espírito e Ação Revolucionária. Ao cabo de 114 anos de vitória dos vintistas, ainda não se compreenderam as fundamentais razões do seu movimento[41].

Determinações para a esgarrafia. D. Pedro é a figura comum e nuclear de todas estas grandes elemérides (à exceção da última referida) e de várias outras que o Arquivo Nacional não deixa passar em branco. Ele figura novamente na capa da edição de 7 de Setembro de 1834, ao lado de José da Silva Carvalho, cuja legenda pretende ser um esclarecimento: “O decreto da abolição das Ordens Religiosas não é de Joaquim António de Aguiar mas de D. Pedro IV. Foi mal posto ao ministro o cognome de ‘Matafrades’”[42].

Por razões obvias, ele é também a capa de outra eleméride, o centenário da sua morte, em que é reproduzida a litografia de Maurin que representa “a agonia do imperador e o seu abraco ao soldado Manuel Pereira de Caçadores 5º”. Neste número, outros artigos se debruçarão ainda sobre D. Pedro, nomeadamente relativos ao seu testamento, ao legado do seu coração ao Porto, e à inauguração de sua estátua na mesma cidade.

A questão do Duque da Terceira era ainda tema de quatro textos. Mas outra se agigantava – Gomes Freire de Andrade – cujo processo de reabilitação se torna numa cruzada de Rocha Marins.

Ao longo de 1935, as temáticas em análise ficam acima de 15% da totalidade dos assuntos tratados. O ano vive ainda sob o signo de Gomes Freire que constitui tema de catorze artigos.

De outra das questões ligadas ao absolutismo avulta a Abritada – capa do n.º 173 que evoca o 111º aniversário do acontecimento com a fotografia do seu processo (existente na Biblioteca Nacional) à qual se sobreponem as gravuras de Carlota Joaquina, João VI e D. Miguel – e cujo texto corresponde evidencia os pérfidos conselhos de D. Carlota Joaquina a D. Miguel para destruir o pai que colocara sob cativeiro. Este golpe é ainda tratado em outros artigos que sublinham a dissolução das cortes nesse ano de 1823 ou a supressão das sociedades secretas[43].

No artigo “Juramento de D. Miguel à Carta Constitucional”, Rocha Martins revela os seus esforços em vão para encontrar esse documento de 26 de Fevereiro de 1828 na Torre do Tombo (em mesmo com a ajuda do director Dr. António Buíno) e transcreve testemunhos de quem presenciou o acto em Viena, concludindo: “O infante D. Miguel, depois de todas as provas do
reconhecimento de D. Pedro, usurpou o trono. Traziu o rei, pois, ao que parece, só em Lisboa e que se julgara com mais direitos que o irmão.67

O último monarca absoluto não constituía tema central de nenhum outro artigo, embora lhe sejam feitas referências noutros textos. É o caso de “A abertura das antigas Câmaras” que traz uma panorâmica de 1820 a 1908 e refere a interrupção das mesmas aquando “da usurpação feita por D. Miguel – o perjuro” cuja “subida ao trono foi autêntica traição”; na reabertura de 1834 estavam presentes diversos “síciários” Miguelistas, e o redactor selecionou algumas palavras da “fala do trono” de D. Pedro relativas a D. Miguel: “Era um Príncipe da Minha Família (não posso recordar esta circunstância sem a mais sensível niguma, mas é forçoso dizer-lo); era um Príncipe da Minha Família; era um irmão ingrato e degenerado quem animava e promovia os esforços dos rebeldes, com o fim de assentar num trono elevado sobre a traição, deslealdade e alevosia”.68

Se a caracterização da acção política de D. Miguel suscitou este discurso profundamente pejorativo, após o seu afastamento, em 1834, o tom muda, referindo-se um artigo a “D. Miguel I, cuja honradez, após a sua derrota, nunca é demais encarecer”.69

Uma estratégia utilizada para denegrir o absolutismo consiste em fazer a aproximação dos “piores” vultos ou crises do liberalismo àquela ideologia. Tal acontece com Costa Cabral que, num percurso sinuoso, acabou por se aliar aos miguelistas – “sempre eles”; “os inimigos da liberdade, os que tinham feito frutificar as forças, tornavam-se, na sua vila política, os paladins da liberdade”; o cabralismo era assim exposto como o “regresso dos carcerários à política portuguesa”.70 Aliás, o tema das sociedades secretas servia o mesmo fim; se umas defendiam o ideal liberal, outras, como a Sociedade Secreta S. Miguel da Ala (1855) tinha propósito reacionários e absolutistas.71

As problemáticas ligadas à história do liberalismo versavam as matérias habituais mas traziam alguma novidade. No primeiro semestre a rubrica “Legendas da Cidade Invicta” parecia um pouco adormecida, ressaltando apenas o artigo “Vórtices Jornais Portugueses” que fazia referência à Gazeta Literária do Porto (1761-1762) encerrada por Pombal – “O primeiro-

---

67 Arquivo Nacional, n° 164, 27.2.1935, p. 136-140.

Governo de Estado, 27-01-1929.

---

Ministro postava de governar no silêncio e no mistério. Quando a Imprensa se cala, vivem as despesas à vontade” – evidenciava os periódicos nascidos com o vinténismo – “A liberdade abra as almas e a Imprensa iluminará-as” –, e elogiava os que lhes seguiam (O Nacional; O Eco Popular; O Jornal do Povo; Periódico dos Pobres no Porto, Braz Tavares).72 Todavia, no 2.º semestre, esta secção inaugura uma nova série – “Os Vinténistas” – com vinte e quatro artigos, iniciada no n° 184 (17.7.1835) cuja ilustração da capa consistia numa alegoria à revolução de 1820.

Em tempo de forte propaganda antiliberal, sem conseguir disfarçar o seu azedume e sarcasmo, parecia importante a Rocha Martins realçar o trabalho das primeiras cortes “dos ateu, prosídios por um bispo, servindo a religião, dos jacobinos, curvando-se ante o rei fugitivo da pútria em anuras horas”.73 Evocava ainda “A miséria do patriarcado da Constituição Vinténista”, Manuel Fernandes Tomás – que numa conferência da Liga Naval tinha sido apresentado como desonesto e corrupto (acusado de ter recebido 5 mil contos para participar no movimento da loja de Cádis “Regeneradores do Génere Humano” com o fim de proclamar nove repúblicas independentes na Península, em 1812) – e que havia morrido desistiuto de quaisquer recursos, em Novembro de 1822, três dias antes da subscrição para o acudir na doença ser publicada na Gazeta Universal.74

No ano de 1936 as temáticas em análise atingem a sua maior expressão, quase 22% do total, pese embora a sua apresentação gráfica cause menor impacto, o discurso seja menos polémico e a organização de várias matérias se submete à arrumação em séries. Neste último caso, no âmbito da rubrica “Legendas da Cidade Invicta”, salienta-se o conjunto de dezenove textos sobre “D. Miguel e a sua época” que, sem deixar de ser polémico, revela uma linguagem genericamente mais comedida”. E o assunto do absolutismo em Portugal praticamente esgota-se aqui, sendo os restantes estudos quase despeçidinhos.75

75 Esta série inicia-se no n° 223 (15.4.1936) cuja capa contém uma gravura de D. Miguel e termina no n° 242 (18.10.1936).
76 Pode apenas referir-se aos artigos “A Senhora Aparecida e D. Carlota Joaquina” que trata do culto da rainha pela Virgem de Carnaxide (n° 229) e “Torturados infligidos aos pares políticos nos corredores de S. Julião da Barra, no convento miguelista” (n° 237) que aborda um tema recorrente desde o primeiro ano da revista.
Já o tema liberal se espreia por diversos textos, uns retratando constitucionalismos mais ou menos destacados como o conde de Farrobo77, Mousinho da Silveira78, José Ferreira Pestana79, ou o marquês de Lousã, cujo assassinato misterioso é retomado, desta feita numa série de novos artigos80. Questões emblemáticas do Arquivo Nacional em anos anteriores como as relativas a Gomes Freire e à entrada das tropas liberais em Lisboa ainda merecem um artigo cada81, embora a revolução de 1820 patenteie uma certa centralidade com a publicação de documentos coecos82 mas, sobretudo, com a conclusão dos estudos sobre os seus protagonistas agora apresentados em dez artigos sob o título “A derrocada do Vintismo” cujas palavras finais são eloquentes: “O vintismo, em grande parte por culpa dos seus homens, abriu uma sepultura à liberdade, à qual tinham querido erguer um monumento”83.

Em 1937, as problemáticas relacionadas com o absolutismo e liberalismo denotam uma quase acentuada, ficando aqui dos 6%. Sobre o primeiro são publicados quatro textos, um relativo a D. João VI, dois a Carlota Joaquina, e um à situação posterior à morte do primeiro, focalizando-se nas atitudes da viúva e do filho Miguel84. Quanto ao liberalismo, registam-se meia dúzia de textos sobre assuntos dispersos: “Os acontecimentos de 20 e 21”, “Uma Legião Constitucional de 1833”, “Mousinho da Silveira e seus detractores”, “O Cardial Jacobino” (Frei Francisco de S. Luís), e “A carta de um condenado à morte” (o liberal Francisco Manuel Graça Vigo e Lima). Os restantes textos que se podem enquadrar nesta temática, em número de cinco, giram à volta da figura de Gomes Freire. À exceção deste caso, verifica-se o decréscimo do vigor polemizante, a diminuição patente do discurso verborético.

4°. História, Memória e Ideologia. O combate ao revisionismo histórico integralista

No 17. editorial, intitulado “Sociedade de Regresso”, Rocha Martins afirmava que o seu tempo recordava o passado, caracterizado pela desconfiança e hipocrisia, pelos espiões e delatores:

“Nota-se na sociedade portuguesa uma acentuada tendência de volta ao passado, expressa em diversos factores e que vão, desde a fúria contra o liberalismo, à forma, aos termos, às palavras empregadas em determinados sectores e que recordam o ‘água vai’ e, semão, o padre José Agostinho, ao menos o ‘Punhal dos Corcundas’”85.

Nesse ambiente profundamente antiliberal, que anejava inclusivamente alguns monumentos, o redactor bradava:

“Felizmente os liberais venceram, e, enquanto estiverem de pé as estatúas que uma coorte energuménica já pousou em demolição e enxovalhavão, não há perigo que desapareça da alma portuguesa a fé na liberdade implantada por D. Pedro IV, Saldanha, Terceira, S. da Bandeira e outros que, sem estarem celebrados no bronze, vivem nas páginas da História”86.

A edição de 19 de Outubro de 1934 abria com o artigo “Como se pretende demolid certas personagens históricas e a exalação de outras” que denunciava abertamente esta intenção de submeter a história a uma leitura ideológica:

“Existe em Portugal uma corrente de singulares tendências cujo principal móbil consiste em tentar demolid no espírito do povo a memória de determinadas figuras e no enaltecimento de outras até repelidas pelo consenso comum. (…) Exemplos destes próprios: condenação sistemática da obra de Oliveira Martins, combate sem trégua a todos os aces de Pombal e não só aos que na realidade o merecem: louvores a D. Maria I, a D. Miguel, ao padre José Agostinho de Macedo e outros sicários plúmptivos.”
Frei Fortunato de S. Boaventura até já tema o nome à esquina de uma rua há preparos para se expon na praça pública o monumento à Piedosa e seus rugidos ferrosos contra as estátuas de Terceira e de D. Pedro IV em faixa desenvolvida à sombra de uma audácia que não se manifestava nas horas da demagogia infame".

Neste mesmo texto Rocha Martins acusava a geração jovem de dinamizar tal atitude, sendo “admiradora da inversão da história”. O seu combate àquilo que designou por “História ao contrário” constitui o cerne da orientação do Arquivo Nacional, entrando sem medo em polémicas e tomando partido por causas que se arrastam ao longo de anos nas páginas da revista. Como se viu no ponto anterior, empunhou-se em numerosas situações de defesa de várias figuras, mas as que atingiram maior magnitude foram, indiscutivelmente, o duque de Terceira e Gomes Freire de Andrade.

A capa do n.º 15 (22.4.1932) está ilustrada com uma fotografia do monumento ao duque de Terceira, vendo-se o desenho de uma forca em fundo, numa dimensão que se sobrepõe à estátua; a simbologia desta montagem é esclarecida pela própria legenda: “É que, antes do vulgo éico da estátua do Duque da Terceira, dominou, no Caix de Sodré, a sombra malvada da força absolutista”. A elegia deste herói liberal que comandou o exército libertador, está pois presente desde os primeiros números do Arquivo Nacional, tornando-se evidente em Julho desse ano, quando na fim do número 29 (29.7.1932), se patenteia uma fotografia de página inteira da base do monumento do Duque da Terceira com a legenda: “Em 24 de Julho junto à estátua do Duque da Terceira. O rame de hortensias azuis e brancas, carinhosamente conferenciado pela florista do mercado da Praça da Figueira Francisco Rodrigues e oferecido pelo Arquivo Nacional e pelo seu director ao ergrego liberal. Nas fitas também azuis e brancas, lê-se o seguinte: Ao duque da Terceira, soldado da liberdade, o Arquivo Nacional e Rocha Martins, 24 de Julho de 1932".

Parecia que a conmemoração desta efeméride se pudesse repetir, nomeadamente no ano seguinte que era o do centenário, mas tal não aconteceu. Em inícios de Julho de 1933, o Governo, temendo eventuais manifestações hostis ao regime, proibiu os festejos preparados por uma comissão de que faziam parte militares, intelectuais e políticos ilustres⁶⁸, sendo o seu promotor


Rocha Martins. Este recebeu a informação da decisão governativa pelo 2º comandante da polícia major Alfredo Ferreira Gil, decidindo mostrar a sua indignação através de uma carta a Salazar.

Assim, o fascículo de 21 de Julho do Arquivo Nacional assumia-se na capa como comemorativo da “Entrada das Tropas Liberais em Lisboa”, ostentando uma gravura do Duque da Terceira. O seu editorial intitulava-se “Para os liberais portugueses em 24 de Julho de 1933” e evocava a data histórica, recriando a uma linguagem emotiva para descrever o terror miseritico, caracterizado pelos palpites e desastres, pelos denunciantes e espíritos, “em que a reacção alastrava, na sua chancela de lodo, sangue e excrementos" e o povo vivia "acobardado". Poucas páginas à frente, seguia-se a "Carta ao doutor Oliveira Salazar Chefe do Governo Português" na qual Rocha Martins lhe lembrava que, como filho do povo, só atingira o alto cargo que ocupava porque o liberalismo tinha vencido, permitindo a plebeus de talento governar estados; esse era o mérito dos "soldados da liberdade". Sarcasticamente, terminava: "Este ano o glorioso maceiral não terá as suas flores, embora eu não atinja que prejuízo possa causar a um governo forte, seguro do apoio da força armada e de outros, o acto de, com uma rosa ou um ramo de louros, engalanar a espada simbólica dum velho duque do passado, neste ano de 1933".

Rocha Martins pouco podia fazer senão reivindicar o direito à memória: fe-lo evocando anualmente a efeéméride e publicando, até à sua saída do Arquivo Nacional, numerosos artigos relativos à acção do exército libertador de Terceira.

Todavia, a questão de Gomes Freire alcançou ainda maior expressão nas páginas da revista. Desde 1933 que a figura era evocada, haja em vista a capa do n.º 92 (13 de Outubro) com a gravura "Suplício do general Gomes Freire" acompanhada da legenda: "Completam-se, no próximo dia 18, 116 anos sobre a morte deste mártir da Pátria", além da publicação de vários artigos em diferentes números. Esta atenção não derivava unicamente da prolixe de Rocha Martins pelo tema, antes da polémica que o general vinha suscitando em várias publicações e círculos intelectuais da época que procedia da sua representação como um traidor e grão-mestre da maçonaria feita por António Sardinha cuja escola historiográfica guardava então notoriedade e legitimidade, voltada quase uma década sobre a morte do integrante. Embora combatêssem "em trincheiras diferentes", Sardinha e Martins eram amigos e esse tema era um dos seus pós de discussão desde 1923.

⁶⁹ Arquivo Nacional, n.º 80, 21.7.1933, p. 444-441.
Com efeito, Rocha Martins considerava que a moda de detracção de Gomes Freire se devia ao autor de *O Princípio era o Verbo*: “Quando ressuscitou, em Portugal, a luta reacionária, a qual António Sardinha foi o mais activo corifeu, voltou-se a acusar o general”.

Com entusiasmo, votou muito do seu tempo e trabalho à reabilitação de Gomes Freire que não deixava de ver como um mártir de liberdade e da pátria. Em 1934, publicou onze textos produzidos à luz de nova documentação. O general fazia a capa do n.º 145 onde se anunciava: “Descobriu-se o processo do executado em S. Julião da Barra. O general ilibado de traição à Pátria em 1815”. No artigo que inaugurava esta série de textos, Rocha Martins não só identificava as pessoas que lhe permitiram tomar conhecimento do documento original do processo de Gomes Freire, como esboçou um título que espelhava as intenções do estudo: “O Processo do General Gomes Freire. Resposta às acusações que se lhe fizeram. Documentação ilibadora de traição à Pátria. O perfil do condenado por António Sardinha. Primeiros anos e primeiras batalhas do executado em S. Julião da Barra”.

Este lavoro prossegue no ano seguinte, com mais onze textos; este continuam a estudar o processo, um afirma a sua ilibação, dois aludem ao seu suplicio, e o último aborda a conspiração. A linguagem enérgica de Rocha Martins dirige-se sobretudo à corrente empenhada em denegrir Gomes Freire que parecia revigorar-se:

“A fúria dos adversários da memória de Gomes Freire redobra, como ativos ressuscitam os magistrados infectos que aproveitaram com sua morte.

Por vezes, julgamos que 1817 é o ano em que vivemos, tal é a célébre a freima, a raiva do ataque.

De quando em quando, a propósito da mais insignificante coisa, a memória de Gomes Freire recobre os pinótes da réuena, e com ele a Maçonaria, de que foi grão-mestre. És o seu maior crime. Já demonstrámos que naquele tempo a maçonaria era bem diferente do que imaginam na sua maluqueira de velhas devotas, mas nem assim se convencem. Não há dúvida, estamos em 1817, mas é bom recordar que os mais encarniçados inimigos do liberalismo lhe aderiam para o trai”.

Rocha Martins lamentava que a imprensa – à exceção da República, Diário de Notícias e do Prémio de Janeiro – continuasse “muda ante esta campanha, tendente a verberar os insultos com que cravam a memória do condenado”; quanto aos detratores de Gomes Freire, Sardinha era o único que lhe merecia atenção, “pois todos os outros são servos discípulos do escritor”.

As suas palavras são eloquentes:

“Diariamente, alguns reacionários, que vieram à superfície, saídos dos lodos proveitosos que os sustentam, aparecem nas gazetas defensoras dos organismos religiosos, proibidos pela lei, a condenar a memória do mártir.

Merecem-nos solene desprezo – nojo e asco – esses indivíduos, alguns ouvintes aventureros de má casta e outros devoristas dos dinheiro públicos, visto frustrarem ilegítimamente proventos dos empregos que não exercem assimetricamente.

Aqui fica o que sentimos. Há adversários que só se devem marcar com a repulsa”.

Ou ainda:

“Não é que escrevemos nunca os apelidos desses discípulos (?) de António Sardinha. Claro que não lhes respondemos e que os desprezamos com todo o nosso orgulho e com toda a nossa energia”.

80 Arquivo Nacional, n.º 160, 30.1.1933, p. 78-79.
82 Arquivo Nacional, n.º 145, 19.10.1934.
84 Arquivo Nacional, n.º 156, 3.2.1935, p. 8-9 e 14.
5. Conclusão

Apesar da diversidade dos seus interesses históricos, Rocha Martins consagrou no *Arquivo Nacional* particular importância à tensão absolutismo/liberalismo. Este facto não teve exclusivamente a ver com as suas predilecções temáticas mas também com a oportunidade que elas lhe proporcionavam de dialogar com o presente, de veicular a defesa dos princípios libertários e da tolerância em que sempre assentou o seu pensamento. A questão absolutismo/razão liberalismo servia a sua consciência historiográfica que presuponha a publicitação de determinados eventos e doutrinas que em Portugal tinham assumido grande relevância histórica.

Numa época em que a execução da doutrina liberal, vista como a herdeira dos princípios revolucionários, acompanhava o crescendo dos regimes totalitários quer a nível interno quer externo, Rocha Martins entendeu que compreensão do liberalismo pudesse constituir um instrumento de crítica, contestação e até de prevenção. Este seminário de divulgação histórico evidenciou, pois, a sua rebusca pelo revisionismo histórico da ditadura militar e dos primeiros anos do Estado Novo, perseverando numa pedagogia da história para a cidadania que, à semelhança de outras vozes se tornou incómoda e, à semelhança de outras vozes, foi suprimida.